



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

MARCELA DE MELO SILVA RIBEIRO

**ESPAÇO E CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

MACEIÓ

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

MARCELA DE MELO SILVA RIBEIRO

**ESPAÇO E CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras-Espanhol, da Universidade Federal de Alagoas, para obtenção do título de graduada em Letras-Espanhol.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva

MACEIÓ

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1787

R484e Ribeiro, Marcela de Melo Silva.
Espaço e contribuição do ensino de língua espanhola na educação em tempo integral / Marcela de Melo Silva Ribeiro. – 2021.
30 f.

Orientadora: Eliane Barbosa da Silva.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Letras - Espanhol) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Maceió, 2020.

Bibliografia. f. 25-26.
Anexos: f. 27-30.

1. Língua espanhola. 2. Escola de tempo integral. 3. Oferta eletiva (Disciplina eletiva). I. Título.

CDU: 811.134.2:371.212.51

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre o espaço e a contribuição do ensino de língua espanhola na educação em tempo integral, diante da implantação desse formato de ensino em 2015 em nosso estado, com a proposta de ofertar um Ensino Médio em tempo integral associado à educação profissional, baseando na premissa de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Considerando que a política implementada é voltada à melhoria da educação pública alagoana, que objetiva garantir o acesso e a permanência do aluno na escola em período integral, garantindo um ensino de qualidade, pretende-se investigar através de um questionário aplicado a docentes de escolas em tempo integral, considerando o contexto da educação vocacional, se o ensino da língua espanhola na nova proposta de educação em tempo integral realmente está sendo ofertado de forma satisfatória como é apresentado na proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Língua espanhola. Ensino integral. Oferta eletiva.

RESUMEN

El presente trabajo presenta la discusión sobre el espacio y la contribución de la enseñanza de la lengua española en la educación en tiempo integral, en vista de la implementación de este formato de enseñanza en 2015 en nuestro estado, con la propuesta de ofrecer una escuela secundaria en tiempo integral asociada con la educación profesional, basado en la premisa de que la educación es un derecho de todos y un deber del Estado y de la familia, y debe promoverse y fomentarse con la colaboración de la sociedad, con el objetivo de desarrollar plenamente a la persona, su preparación para el ejercicio de la ciudadanía y su calificación para el trabajo. Considerando que la política implementada tiene como objetivo mejorar la educación pública en Alagoas, garantizando el acceso y la permanencia del estudiante en escuela de tiempo completo, asegurando una educación de calidad, se pretende investigar a través de un cuestionario aplicado a docentes de escuelas en tiempo integral, si la enseñanza del idioma español en la nueva propuesta de educación en tiempo integral, realmente se ofrece de manera satisfactoria tal como se presenta en la propuesta.

PALABRAS CLAVE: Lengua española. Enseñanza integral. Oferta electiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	7
1.1 O “bomm” no ensino de língua espanhola no Brasil	11
1.2 O ensino de língua espanhola em Alagoas após a revogação da lei	13
2 SOBRE O ENSINO INTEGRAL	13
2.1 Programa alagoano de ensino integral (PALEI)	15
2.2 Oferta eletiva	18
3 METODOLOGIA	19
4 ANÁLISES DOS DADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	27

ESPAÇO E CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Marcela de Melo Silva Ribeiro¹

mmelosr@hotmail.com

Orientadora: Eliane Barbosa²

INTRODUÇÃO

Este artigo procura refletir sobre a realidade da oferta de língua espanhola na nova proposta estadual de educação em tempo integral, considerando o contexto do ensino profissionalizante na área do turismo em que está inserido. Analisando assim, a proposta do governo em ofertar no Ensino Médio em tempo integral associado à educação profissional, estabelecendo um paralelo entre os procedimentos de ensino de língua espanhola da nova proposta firmada e os anteriores, por meio de entrevistas com professores, como também a proposta de ensino implantada nas escolas de tempo integral em relação à metodologia de ensino.

O Programa Alagoano de Ensino Integral (2015), considerando as necessidades de se ampliarem as oportunidades de conclusão da educação básica, de profissionalização e acesso ao ensino superior a alunos de ensino médio, mediante a permanência na escola em período integral e também a necessidade de políticas educacionais voltadas à melhoria da educação pública alagoana, para garantir a permanência dos alunos nas escolas da Rede Pública Estadual, implantou, a partir de 2015, o ensino médio em tempo integral, com a iniciativa de realizar um novo modelo de educação para os jovens alagoanos e com o objetivo de, além da oferta das disciplinas da base comum, ofertar também o que chamam de inovações pedagógicas, que são: Oferta Eletiva, Projeto Integrador, Projeto Orientador de Turma, Estudos orientados, Clube Juvenil e Prática Profissional Supervisionado (ensino médio integral integrado).

Nesse sentido, a nossa pesquisa busca responder as questões relacionados diretamente ao ensino/aprendizagem da língua espanhola nesse novo contexto, como por exemplo: Como

¹Graduanda em Letras-Espanhol pela Faculdade de Letras – FALE da Universidade Federal de Alagoas - UFAL

² Professora Associada da Faculdade de Letras – Fale/Ufal, atua no Curso de Letras-Espanhol da Fale, possui doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura – PPGLL/Ufal. Atua nas áreas de fonética, fonologia e semântica, voltadas especialmente ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e língua materna.

está sendo ofertado o ensino de LE nas escolas de tempo integral; se a maneira como está sendo ofertado o ensino de LE está contribuindo para uma aprendizagem de qualidade, em termos de carga horária, metodologia, infraestrutura, órgãos de apoio; se através do ensino de LE, estão sendo cumpridos os objetivos de formar indivíduos autônomos, competentes, preparando-os para o mercado de trabalho e para a vida acadêmica, diante da implantação desse formato em 2015 em nosso estado, com a proposta de ofertar um Ensino Médio em tempo integral, e associado à educação profissional.

1 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

O ensino de línguas estrangeiras no Brasil, segundo Leffa (1999), começou com as primeiras escolas fundadas pelos jesuítas, iniciando com as línguas clássicas, grego e latim, e posteriormente com as línguas modernas: francês, inglês alemão e italiano (o ensino do espanhol é mais recente). Durante a república, com a reforma de Fernando Lobo, em 1892, houve uma aparente redução na carga horária semanal dedicada ao ensino de línguas. O ensino do grego desaparece, o italiano não é oferecido ou torna-se facultativo e o inglês e o alemão passam a ser oferecidos de modo exclusivo. Em 1930, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública e em 1931 a reforma de Francisco de Campos, que deu mais ênfase ao ensino das línguas modernas.

Em 1942, aconteceu a reforma Capanema, que teve o grande mérito de equiparar todas as modalidades do ensino médio dividindo em um primeiro ciclo, chamado ginásio, e um segundo ciclo, com duas ramificações, uma denominada "clássico", com ênfase no estudo de línguas clássicas e modernas, e outra denominada "científico", com ênfase maior no estudo das ciências (física, química, biologia, matemática, etc.). Essas duas últimas reformas foram as que deram mais importância ao ensino das línguas estrangeiras. Todos os alunos, desde o ginásio até o científico ou clássico, estudavam latim, francês, inglês e espanhol.

Após a reforma Capanema, considerada como os anos dourados do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, em 20 de dezembro de 1961, é publicada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que inicia a descentralização do ensino. A LDB cria o Conselho Federal de Educação e no artigo 35, parágrafo 1º, estabelece que "ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos

conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.” Dessa forma, ficou a cargo dos conselhos estaduais de educação as decisões sobre o ensino de língua estrangeira. O latim foi praticamente retirado do currículo, o francês, quando não retirado, teve sua carga horária semanal reduzida, só o inglês e o espanhol, de um modo geral, permaneceram sem grandes alterações. A lei de 1961 reduziu o ensino de língua estrangeira a menos de 2/3 do que foi durante a reforma Capanema.

Dez anos depois, foi publicada a nova LDB, lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que consistiu na redução do ensino de 12 para 11 anos, introduzindo-se o 1º grau com 8 anos de duração e o 2º grau com 3 anos, enfatizando-se a formação especial com ênfase na habilitação profissional. A redução de um ano de escolaridade e a necessidade de se introduzir a habilitação profissional provocaram uma redução drástica nas horas de ensino de língua estrangeira, agravada ainda mais por um parecer posterior de Conselho Federal de que a língua estrangeira seria “dada por acréscimo” dentro das condições de cada estabelecimento.

No dia 20 de dezembro de 1996, 25 anos da LDB anterior, é publicada a mais nova LDB (Lei nº 9.394). O ensino de 1º e 2º graus é substituído por ensino fundamental e ensino médio. Na mais nova LDB, continua existindo uma base nacional comum, que deve ser complementada "em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" (Art. 26). O parágrafo 5º desse mesmo artigo deixa bem clara a necessidade da língua estrangeira no ensino fundamental: "Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição" (Art. 26, § 5º). Essa lei continua regendo o ensino no Brasil nos dias atuais.

Segundo Spinassé (2006, p. 1-10), o termo "estrangeiro(a)" provém da palavra francesa *étranger*, cuja origem deriva do latim *extraneus* e desde a sua origem etimológica significa "o que é de fora, desconhecido, não-familiar", sendo importante levá-lo em consideração a fim de entendermos os matizes do conceito de língua estrangeira. Desse modo, uma língua estrangeira é uma língua que não é a materna de uma pessoa, que deve aprendê-la a fim de obter certo domínio sobre esta – o que pode ser feito de diferentes modos: pela via escolar, através de cursos e estágios, por meio de manuais, métodos multimídia ou por imersão linguística, entre

outros. Leffa (1988, p. 211-236) diz que “Temos língua estrangeira quando a comunidade não usa a língua estudada na sala de aula (exemplo: situação do aluno que estuda inglês no Brasil)”.

Segundo Germain (1993), as primeiras provas da existência do ensino de uma segunda língua remontam à conquista gradativa dos sumérios pelos acadianos – do ano 3000, aproximadamente, até por volta do ano 2350. Os acadianos adotaram o sistema de escrita dos sumérios e aprenderam a língua dos povos conquistados. O conhecimento do sumério constituía um instrumento de promoção social, dando acesso à religião e à cultura da época. A aprendizagem do sumério se dava, no entanto, essencialmente através da escrita em língua suméria, o que não correspondia à língua usada pelos alunos em suas práticas cotidianas. Trata-se realmente do primeiro ensino de uma língua estrangeira de que se tem registro. Aqui no Brasil, a história do ensino de língua estrangeira segundo documento citado nas Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Estrangeira Moderna (2008), inicia-se no período colonial, tendo como disciplinas dominantes o grego e o latim. Desde o início da colonização, o Estado português se preocupava com a promoção da educação e como isso facilitaria o processo de dominação e expansão do catolicismo. Dessa forma, os jesuítas foram os responsáveis pelo ensino do latim como exemplo de língua culta aos povos que habitavam o território. Leffa (1999, p.13-24) confirma essa informação em seu livro quando fala que o ensino de língua estrangeira começou com as primeiras escolas fundadas pelos jesuítas, iniciando com as línguas clássicas, grego e latim, e posteriormente com as línguas modernas: francês, inglês alemão e italiano. Leffa (1999, 13-24) “resgata parte da história e mostra os movimentos de centralização e descentralização do ensino, os períodos de ascensão e declínio da língua estrangeira, os momentos de construção e de destruição” através das várias reformas educacionais que o ensino passou e passa até hoje no Brasil. O autor menciona uma importante contribuição que o aprendizado de uma língua estrangeira pode oferecer ao aluno, quando fala que no momento em que se valoriza o conhecimento, cria-se um contexto favorável para a aprendizagem da língua estrangeira, veículo importante para a divulgação do conhecimento. Seguindo esse mesmo raciocínio, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira (1998, p. 37), expressa o papel das línguas estrangeiras na educação como não sendo um papel acessório, mas

[...] contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. (PCNs – Língua Estrangeira, 1998, p.37)

Lopes e Rajagopalan (2004, p.119-124) diz que “ser monolíngue em qualquer língua é ser semi-educado. Em alguns contextos, e neles incluo o nosso, pode ser também fator de atraso e de impedimento de participação plena no que acontece no mundo, na sociedade. É ser fadado a viver em um aquário e não no mar”.

Com o avanço da globalização, tornou-se indispensável o conhecimento de saber falar um segundo idioma a fim de ter uma boa comunicação com o mundo. O ensino de uma língua estrangeira propicia ao aluno a oportunidade de engajamento e interação no mundo social (acadêmico, científico, tecnológico, humano), e também o faz entrar em contato com outras civilizações e culturas. O fenômeno da súbita globalização do mundo e da conseqüente necessidade de uma linguagem eficiente de comunicação é um fato que não depende de nele acreditarmos ou não. Temos como orientação os PCNs que abordam todos os aspectos relevantes no ensino da Língua Estrangeira. Neles são citadas diversas contribuições de uma educação voltada aos interesses dos alunos, como a expansão das habilidades comunicativas e ampliação cultural, compreensão das diferentes formas de comunicação e da variabilidade dialetal, adequação linguística de acordo com o ambiente em que está inserido. Ainda segundo os PCNs (p.19):

O distanciamento proporcionado pelo envolvimento do aluno no uso de uma língua diferente o ajuda a aumentar sua auto percepção como ser humano e cidadão. Ao entender o outro e sua alteridade, pela aprendizagem de uma língua estrangeira, ele aprende mais sobre si mesmo e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social.

Os alunos, a partir disso, passam a sentir-se sujeitos sociais, incluídos em uma sociedade em que o acesso ao conhecimento diversificado torna-se, cada vez mais, uma das maiores exigências no campo da cidadania.

Os PCNs destacam pelo menos três fatores para a inclusão de línguas estrangeiras no currículo, que são: fatores históricos; fatores relativos às comunidades locais; fatores relativos à tradição (p.22). O referido documento traz como exemplos de línguas relevantes o inglês, pela crescente e notória influência econômica norte-americana pós II Guerra Mundial e a língua espanhola pelas trocas comerciais e econômicas com os países integrantes do MERCOSUL. Em relação aos fatores relativos às comunidades locais, sugere a inclusão tanto de línguas indígenas como de línguas de imigrantes, devido a laços culturais, afetivos e ou de parentesco. Quanto às comunidades onde o português não é língua materna, justifica-se seu ensino como segunda língua. E em relação aos fatores relativos à tradição, considera-se a relação cultural

desenvolvida entre dois países, citando o caso do francês pelas trocas culturais entre Brasil e França.

1.1 O “BOOM” NO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL

No início da década de 90, percebe-se que houve um crescimento expressivo no interesse do estudo da língua espanhola (LE), e um dos fatores que deve ser considerado com relação a língua espanhola é o aumento das trocas econômicas entre as nações que integram o Mercado das Nações do Cone Sul (Mercosul), que é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991. Esse é um fenômeno próprio da história recente do Brasil, que, apesar da proximidade geográfica com países hispanofalantes, se mantinha impenetrável a introdução do espanhol. Outro fator importante seria a chegada de diversas empresas e instituições espanholas ao Brasil, e um terceiro fator relevante seria o peso da cultura espanhola que impulsionaram e incentivaram o mercado de ensino dessa língua.

Ao considerar os países que fazem parte do MERCOSUL, percebe-se que somente o Brasil não possui o Espanhol como língua oficial, portanto, nota-se a necessidade de um idioma comum que facilite as relações tanto comerciais quanto culturais. Como alega o senador Fogaça, *apud* Sedycias (2005, p. 20):

É útil recordar que o processo de globalização da economia, que caracteriza o mundo contemporâneo, está exigindo dos países a adoção de medidas que favoreçam sua inserção. De forma positiva, no contexto internacional, na América Latina, o Acordo de Constituição de um Mercado Comum do Sul – Mercosul, marca um começo que anima a integração dos países, com o objetivo de conjugar os esforços e de conquistar um espaço promissor no novo cenário econômico internacional. O êxito do MERCOSUL, não obstante, requer um esforço progressivo para fazer possível uma maior aproximação e entendimento entre os países membros. Neste sentido, o domínio de um idioma comum é de fundamental importância.

Além do MERCOSUL e da chegada de grandes empresas como a *Telefonica*, a importância da cultura hispânica se destaca, uma vez que as pessoas estão em busca de novas informações. Sedycias (2005, p.21) aponta que:

[...] o sucesso adquirido nos últimos anos pela música e literatura hispânica a nível internacional é uma realidade, como é a simpatia que a Espanha causa em seus eventos artísticos e culturais, assim como, no esporte.

Kraviski (2007, p.12) diz que “geralmente, as pessoas entendem cultura como as tradições e costumes de uma determinada comunidade, a maneira de viver e seus valores morais. Entretanto, o que mais representa a cultura de um povo é a sua língua”.

Assim sendo, essa influência cultural do mundo hispânico transmitida ao Brasil, tanto dos países da América Latina como da própria Espanha, propiciou relevância ao ensino do Espanhol. É nesse contexto que a língua espanhola começou a ser valorizada e passou a ser incluída nos currículos de vários cursos de nível superior, bem como na grade curricular do Ensino Fundamental e Médio de muitas instituições de ensino privado e público.

Como resultado dessa expansão e difusão, o governo federal sancionou a Lei Federal nº 11.161 de 05 de agosto de 2005, conforme publicado no site do Governo Federal:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. (BRASIL, 2005, n.p.)

O ensino da língua espanhola tornou-se obrigatório nas escolas públicas e privadas de ensino médio em todo o território nacional. A implantação dessa lei foi progressiva desde 2005, ficando sob a responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação, e tendo como prazo final para a oferta pelos estados o mês de agosto de 2010. Nesse período, observou-se uma movimentação intensa por parte de associações de professores e docentes que atuam em inúmeras universidades do país e, também, por parte de instituições estrangeiras, destacadamente as espanholas. Muito se alardeou em torno à referida lei e à quantidade de

profissionais que, imaginava-se, seria necessário para atendê-la, repercutindo, inclusive, na imprensa internacional.

Porém, em 16 de fevereiro de 2017, essa lei foi revogada e convertida na Lei nº 13.415/2017, que regulamentou a reforma do ensino médio, promovendo, entre outras mudanças, a não obrigatoriedade do ensino da língua espanhola. Pouco tempo depois, as secretarias estaduais de vários estados brasileiros começaram a se “adequar” às pressas à Reforma do Ensino Médio implantada pelo governo de Michel Temer, por meio da Lei 13.415/2017.

1.2 O ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA EM ALAGOAS APÓS A REVOGAÇÃO DA LEI.

A lei da Reforma do Ensino Médio não prever a obrigatoriedade do ensino do Espanhol, o Sistema de Ensino Estadual tem liberdade para tornar obrigatório no seu âmbito de atuação a Língua Estrangeira Espanhol na Matriz Curricular no Estado, mas não foi isso que aconteceu na maioria dos estados, inclusive aqui em Alagoas que, em menos de 5 meses após a revogação da lei e no meio do ano letivo, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), adotou a medida de retirar a disciplina do currículo escolar do ensino médio, deixando alunos sem aula de espanhol na rede estadual.

Após algumas manifestações, a SEDUC confirmou a manutenção da oferta do Espanhol em todas as unidades de Ensino Integral, com duas horas semanais, a manutenção em sala de aula de todos os professores efetivos da disciplina, além da disponibilidade de oferta por meio de centros de línguas em regiões polo. Também houve o atendimento nas escolas localizadas em regiões turísticas do Estado.

2 SOBRE A ENSINO INTEGRAL

Em relação à educação em tempo integral, segundo o Centro de Referência em Educação Integral - EI, o termo Educação em Tempo Integral ou Escola de Tempo Integral diz respeito àquelas escolas e secretarias de educação que ampliaram a jornada escolar de seus estudantes,

trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar. A maioria das unidades de ensino que adota esse modelo geralmente implementam a extensão do tempo em turno e contra turno escolar, durante metade de um dia letivo, assim, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como português e matemática, e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esporte.

O artigo 36 do Parecer nº 7 da Resolução do Conselho Nacional de Educação (2010) aponta que é considerado período integral toda jornada escolar organizada em 7 horas diárias, resultando em carga horária anual de 1.400 horas. O artigo 37, do mesmo parecer, aponta ainda que, além da ampliação do tempo, o alargamento de horas nesses sistemas de ensino tem como objetivo criar novos espaços e oportunidades, fomentando maior envolvimento de outros profissionais da escola, dos familiares e demais setores sociais. Na mesma resolução está previsto um currículo integrado para a escola em tempo integral, no qual o estudante tenha acesso à experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros componentes que devem estar articulados às mais diversas áreas do conhecimento, vivências e práticas socioculturais.

Pestana (2014) diz que o termo ensino integral, se refere ao desenvolvimento do processo educativo que pense o ser humano em todas as suas dimensões – cognitiva, estética, ética, física, social, afetiva, ou seja, trata-se de pensar uma educação que possibilite a formação integral do ser humano, em todos os seus aspectos. Seguindo o raciocínio, Guará (2006, p.16) nos diz:

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p.16).

Maurício (2009a, p. 54-55) define que:

A educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstância. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente.

Nessa mesma linha de pensamento, Gadotti (2009, p. 32) afirma que “[...] as diversas experiências de Educação Integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais

tempo na escola e no entorno) quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis.

Pensa-se que a primeira ação de educação integral, no contexto histórico mundial, tenha acontecido na Escola da Ponte, em Portugal, através do método de Ensino aí implantado pelo Professor José Pacheco.

No Brasil, é no pensamento de Anísio Teixeira, um dos próceres do Movimento de 1932, que a perspectiva de Educação em tempo integral ganha espaço:

“(…) haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança (...) no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis” (TEIXEIRA, 1997, p. 243)

A partir daí, sob inspiração das ideias e práticas/políticas públicas implantadas por Anísio Teixeira no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (Bahia), outros estados começam a implantar a educação em tempo integral. No entanto, essas políticas públicas que se configuraram como programas educacionais não vingaram de forma consistente e duradoura, assim como as escolas-classe e escolas-parque de Anísio Teixeira.

Agora no século XXI, algumas políticas públicas invadiram novamente o campo educativo nacional, objetivando proporcionar aos alunos novas aprendizagens por meio da ampliação do tempo escolar.

2.1 PROGRAMA ALAGOANO DE ENSINO INTEGRAL (PALEI)

Conforme diz o artigo 205 da Constituição “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Cabe, portanto, ao Estado/à Nação o dever de promover condições para favorecer a educação, buscando integrar a família nesse processo. Seguindo essa linha, o governo estadual instituiu o “Programa Alagoano de Ensino Integral” (PALEI) por meio do Decreto 40.207, de 20 de abril de 2015. A política implementada é voltada à melhoria da educação pública

alagoana, para garantir o acesso e a permanência na escola em período integral. O programa tem como objetivos:

[...] elevar a qualidade do ensino; formar indivíduos autônomos, solidários e competentes; preparar o jovem para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e a vida acadêmica; intensificar as oportunidades de socialização na instituição; proporcionar ao estudante alternativas de ações nos campos social, cultural e esportivo; e incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional. (ALAGOAS, 2015)

De acordo com a proposta de ensino integral em Alagoas, elencando os objetivos e as diretrizes gerais para o funcionamento das unidades de ensino que aderissem ao programa, atualmente atualizado pelo Decreto nº 50.331, de 12 de setembro de 2016, amparado em sua funcionalidade pela Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Com base em seu capítulo II, que versa sobre as formas de oferta e organização, o Art. 14 inciso III estabelece que o ensino médio possa ser organizado em regime de tempo integral:

Art. 14. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulada, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes formas de oferta e organização:

III – o Ensino Médio regular diurno, quando adequado aos seus estudantes, pode se organizar em regime de tempo integral com, no mínimo, 7(sete) horas diárias; (BRASIL, 2012, n.p.)

O Programa Alagoano de Ensino Integral é ofertado de duas formas, o ensino médio integral e o ensino médio integral integrado com a educação profissional. O ensino médio integral conta com uma matriz curricular de 1.800 horas anuais, sendo que 1.320 horas são destinadas para a Base Nacional Comum, e 480 horas para atividades complementares. No ensino médio integral integrado, a matriz curricular conta com 1400 horas destinados para a Base Nacional Comum e componentes curriculares específicos dos cursos técnicos e 400 horas para atividades complementares.

As atividades complementares do Programa Alagoano de Ensino Integral constituem o que chamamos de inovações pedagógicas, que são: Oferta Eletiva, Projeto Integrador, Projeto Orientador de Turma, Estudos orientados, Clube Juvenil e Prática Profissional Supervisionado (Ensino Médio Integral Integrado).

A oferta de Ensino Integral na rede estadual vem em constante crescimento, tendo início com 01 (uma) unidade de ensino em 2015, passando a 14 (quatorze) em 2016 e a 35 (trinta e cinco) em 2017, com previsão de chegar a 50 unidades de ensino em 2018. Hoje, já podemos

contar com 53 escolas em tempo integral no Estado, distribuídas em 28 municípios, do Litoral ao Sertão, do Agreste à Zona da Mata. O Ensino Integral da Rede Estadual, atualmente, abrange três modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Médio profissionalizante, beneficiando 14.292 alunos no ano letivo 2019, e essa novidade acabou chamando a minha atenção e despertando-me a curiosidade de saber como o ensino de Língua Espanhola está sendo ofertado nessa nova modalidade de ensino.

Nesse ano de 2020, Alagoas já conta com 53 escolas de ensino médio em tempo integral, e prevê que a formação do estudante seja feita além das unidades de ensino com a participação da família e da comunidade, efetivando aprendizagens que venham a atender suas necessidades básicas, desenvolvendo seu potencial enquanto sujeitos, levando em conta suas vivências e conhecimentos.

Segundo os princípios básicos do PALEI, os objetivos são:

- assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes do ensino médio, considerando suas diferentes necessidades e promovendo a formação de sujeitos capazes de se inserir de forma crítica e autônoma na sociedade;
- elevar a qualidade de ensino;
- preparar o jovem para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e vida acadêmica;
- formar indivíduos autônomos, solidários e competentes;
- intensificar as oportunidades de socialização da instituição, garantindo à comunidade escolar a interação com diversos grupos e valorizando a diversidade;
- proporcionar ao estudante acesso e alternativas de ação nos campos social, cultural, esportivo e informação;
- promover a participação das famílias e dos vários segmentos da sociedade civil no processo educativo dos estudantes, fortalecendo a relação entre escolas e comunidades no diferentes territórios.

Para cumprir esses objetivos, o Programa Alagoano de Ensino Integral orienta a prática das inovações pedagógicas, que são: Oferta Eletiva, Projeto Integrador, Projeto Orientador de Turma, Estudos orientados, Clube Juvenil, Prática Profissional Supervisionado (Ensino Médio Integral Integrado) e introdução à Projetos Universitários (para o 3º ano).

O meu propósito inicial seria investigar o ensino de língua espanhola, doravante LE, na Escola Estadual Carlos Gomes de Barros, situada na cidade de União dos Palmares, cidade em que moro, mas devido à nova Medida Provisória nº 746/2016 implementada pelo Ministério da Educação (MEC), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), não será possível pois, segundo a MP acima citada, a Língua Estrangeira a ser ofertada passa a ser exclusivamente a Língua Inglesa (desde o 6º ano do Ensino Fundamental), e a lei que determinava o ensino de espanhol foi revogada por esta MP. O espanhol, agora, aparece apenas entre as disciplinas optativas do Ensino Médio e, segundo informações que obtive nessa escola,

o currículo já foi alterado e a língua espanhola já não faz mais parte da grade curricular. Por esse motivo, direcionarei minha investigação para as escolas estaduais de ensino integral na cidade de Maceió.

2.2 OFERTA ELETIVA

Com base em uma sondagem realizada com alguns professores que lecionam Língua Espanhola em escolas de tempo integral em Maceió, percebi que de todas essas práticas a Oferta Eletiva é a mais utilizada. Por isso, vamos nos deter a entender mais sobre ela.

De acordo com a proposta de ensino integral em Alagoas, a oferta eletiva (OE) consiste na inclusão de disciplinas que atendam às necessidades e interesses dos estudantes, observando o contexto no qual a unidade de ensino está inserida. Essa oferta deve ter relação com a Base Nacional Comum Curricular e com a Educação Profissional, conforme art. 14, itens XI e XII das DCNEM (BRASIL, 2012)

Nessa perspectiva, uma educação transformadora e integral, adequada aos novos tempos e espaços da última etapa da educação básica se materializa em um currículo organizado em torno do eixo trabalho-ciência-tecnologia-cultura de forma contextualizada e interdisciplinar.

Isso exige atividades interativas e integradoras dos conhecimentos e saberes, uma vez que possibilita a integração curricular, evitando a fragmentação dos saberes. A ideia é estabelecer maior diálogo entre as áreas do conhecimento e os componentes curriculares/disciplinas com o objetivo de dar maior organicidade às atividades pedagógicas, atribuindo-lhes novos sentidos e dinamicidade, de maneira a desenvolver as aprendizagens básicas necessárias ao desenvolvimento humano e integral do estudante, proporcionando a reflexão e conseqüentemente a autonomia do sujeito.

Como disciplinas eletivas, poderão ser desenvolvidos os seguintes temas: iniciação científica e pesquisa, leitura, produção textual, letramentos, língua estrangeira moderna, cultura corporal, fruição das artes, comunicação e cultura digital, uso de mídias e participação estudantil, modalidades esportivas, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, estatística, matemática financeira, informática básica, economia solidária, empreendedorismo,

tecnologias sociais, associativismo e cooperativismo, jogos cooperados, dentre outros. Deverão constar no PPP da unidade de ensino, acrescidos das respectivas ementas e bibliografia.

A oferta eletiva deve considerar as possibilidades e viabilidades da unidade de ensino, pois tem como objetivo a integração dos estudantes das diversas turmas. Para que isso aconteça, eles escolhem a disciplina que vão querer cursar de acordo com seus interesses e necessidades, com matrícula obrigatória. É obrigatório o cumprimento da carga horária, cumprindo-se o estabelecido em lei para assiduidade e aproveitamento.

Nesse sentido, cabe à unidade de ensino se organizar para garantir a oferta dessas disciplinas com carga horária de 2h por turma, no mesmo horário, sendo que esta oferta seja, no mínimo, uma por área de conhecimento. As turmas poderão ser agrupadas por estudantes de diferentes turmas, respeitando o número máximo estipulado pela unidade de ensino. A definição das disciplinas eletivas deve ser previamente discutida na articulação geral com os docentes e equipe pedagógica, preferencialmente, no ano anterior, considerando os interesses e aspirações dos estudantes.

3 METODOLOGÍA

A metodologia usada neste trabalho será a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, que segundo Bogdan e Biklen (apud Lüdke & André, 1986, p.13) “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

De acordo com André (2003), o pesquisador, para cumprir as exigências do estudo de caso etnográfico, deve apresentar as interpretações que os diversos grupos ou indivíduos têm sobre uma mesma situação, explicitar os métodos e procedimentos usados na coleta de dados, confrontar os dados obtidos nos diferentes instrumentos de pesquisa utilizados e, a partir de uma visão inicial ampla da situação observada, procurar, no decorrer da pesquisa, focalizar progressivamente os aspectos específicos que serão aprofundados na coleta e na análise de dados. Para isso, utilizarei a triangulação dos dados coletados através das entrevistas por questionário que, de acordo com Marconi; Lakatos (2010, p. 86), “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

No questionário foram feitas questões abertas, pois permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões.

Os questionários foram respondidos por três professores de três escolas distintas. Devido a pandemia, eu não pude falar pessoalmente com os professores, conversamos por aplicativo de mensagens e enviei o questionário via e-mail. Convidei cinco professores para responderem, mas apenas três se dispuseram. Apesar de todo agito devido a pandemia e as aulas remotas, todos foram muito atenciosos e colaborativos. Quando tiveram dúvidas com alguma pergunta, solicitaram-me mais esclarecimentos e assim responderam de forma clara e objetiva. No desenvolvimento da análise irei dirigir-me aos professores como professor: A, B e C.

4 ANÁLISES DOS DADOS

O objetivo desse tópico é apresentar os resultados da análise de dados, tomando por base os pressupostos teóricos discutidos previamente na fundamentação teórica e o referencial de análise utilizado, explicitado na metodologia.

Para obtenção dos dados para análise, foram entrevistados três professores de língua espanhola, que ensinam em escolas de tempo integral da rede pública estadual de Alagoas. Foi realizado um questionário (ver anexos) com dez perguntas abordando como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola nas respectivas escolas. A intenção é ver qual o espaço e a contribuição na formação discente que o ensino de língua de espanhola está oferecendo e como está sendo seguida a proposta do governo para as escolas em tempo integral. Para preservar a identidade dos entrevistados, irei citá-los por professor/a A, B, C.

Podemos observar, através dos dados coletados (ver anexos), que os/as professores/as são experientes, ensinam já a um bom tempo. Percebemos também que as horas/aulas destinadas ao ensino de língua espanhola é de apenas 1h, devido à retirada do Espanhol da grade curricular das escolas estaduais, com exceção do professor C (anexo3), que conseguiu ofertar uma eletiva com 2h/a. Com relação ao enfoque dado ao ensino de língua espanhola, o/a professor/a A (anexo1), interpretou como sendo as práticas de inovações pedagógicas que, no caso dessa escola, são cursos de evento, como curso profissionalizante e eletiva. O/a professor/a B (anexo2), relatou trabalhar o enfoque tanto tradicional com o ensino de gramática e leituras, quanto o inovador com aulas dialogadas, e o/a professor/a C (anexo3), relatou que em suas

aulas prevalece o enfoque comunicativo. Quanto à metodologia adotada nas aulas, os/as três professores/as relataram que utilizam uma metodologia multimodal com aulas expositivas, com o auxílio de aparatos de multimídias e aulas dinâmicas. Com relação à proposta do governo para as escolas em tempo integral (PALEI), os/as três professores/as relataram que tem conhecimento da proposta, porém quando perguntados se as escolas seguem a proposta, as respostas dos/as professores/as não foram unânimes. Os/as professores/as A e C (anexos 1 e 3) falaram que a escola segue a proposta, porém o/a professor/a C ressalva que a escola busca seguir a proposta do governo, mas ainda está em processo de adaptação, já que o programa integral é novo e faltam também recursos para a concretização efetiva do programa. Já o/a professor/a B (anexo2), deixa claro que a escola em que leciona não segue a proposta devido ao fato de o governo não dar recurso para isso. Com relação à questão sobre se maneira como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola está contribuindo para uma aprendizagem de qualidade, o/a professor/a A (anexo1) respondeu que não, mas não deu mais detalhes. Já os/as professores/as B e C (anexo 2 e 3) acreditam que sim, e o/a professor/a C faz uma ressalva de que o fato de a disciplina não estar sendo ofertada como parte obrigatória da grade curricular, a quantidade de horas serem poucas e por terem um número limitado de vagas na disciplina, isso dificulta o acesso de outros alunos que gostariam de aprender o idioma, no caso da oferta eletiva em que só tem uma turma com 35 vagas. Por último, opinando se o espaço (carga horária de aula) e a contribuição do ensino de língua espanhola na escola é satisfatório, os/as professores/as foram unânimes em suas respostas, todos concordaram que não é satisfatório e também concordaram no motivo, que é o pouco tempo destinado ao ensino da língua e, no caso específico de nosso Estado, a retirada do Espanhol da grade curricular das escolas estaduais.

Por esses dados, ficou claro o quanto o ensino da língua espanhola está sendo prejudicado em nosso Estado. Tanto os profissionais da área como os alunos sofrem com a retirada do espanhol e as aulas destinadas como eletivas nas escolas em tempo integral, não conseguem suprir essa carência por diversos motivos.

A proposta do governo para a educação em tempo integral no nosso estado está muito bem elaborada no papel, mas ficou claro que na prática não se desenvolve como desejado. A implementação de um currículo diferenciado que possibilite ao estudante o desenvolvimento de aprendizagens significativas e emancipatórias, necessárias para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e para a vida acadêmica do estudante, tem deixado a desejar.

Seria maravilhoso se com essas poucas horas eletivas destinadas para o ensino da língua espanhola fosse ofertado um ensino de qualidade, que ajudasse os alunos tanto na vida acadêmica como na vida profissional, visto que os estudantes estão inseridos num contexto forte de turismo, já que nosso estado tem um grande potencial turístico. No ano passado, Alagoas recebeu mais de 16 mil turistas argentinos, principal mercado emissor internacional para o estado, segundo levantamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR).

De acordo com o Anuário Estatístico do Mtur, o continente Sul-Americano foi responsável por 60% dos turistas estrangeiros, enviando 4 milhões de visitantes ao Brasil. O segundo continente foi a Europa com 20% (1,46 milhão). O terceiro foi a América do Norte, com 10, 4% (689 mil) de pessoas que viajaram para cá no ano passado.

Segundo Dantas (2008), o fenômeno do turismo é eminentemente social e esse fenômeno vem adquirindo um volume cada vez maior. Na indústria do turismo, que é hoje um dos setores mais promissores para a geração de empregos no Brasil, o número de turistas estrangeiros que desembarca em nosso País cresce acima da média mundial.

Entendemos que o turismo é um negócio global e extremamente competitivo. O setor coloca profissionais diante de seus clientes para que produtos e serviços possam ser ofertados, e o cenário atual brasileiro está exposto à atenção do mundo, fazendo com que a população precise interagir com turistas estrangeiros em diversas oportunidades. É nesse contexto que também se observa a importância de um segundo ou terceiro idioma, pois sabemos que o aprendizado de uma língua estrangeira é imprescindível nos dias atuais, ademais, com a globalização, o conhecimento da LE tornou-se ainda mais um pré-requisito para as conquistas que esta oferece.

Referimo-nos à globalização com base em Maciel (2013, p. 43):

Um movimento político-econômico e cultural que descreve as várias mudanças sociais, causando grandes impactos nas relações humanas, pois desestabilizam centros existentes de segurança, influência na organização do mercado, na produção e na difusão de formas culturais. (MACIEL, 2013, p. 43)

Por ser o turismo um fenômeno social, essa movimentação político-econômica e principalmente com relação à troca cultural ocorre de forma espontânea, e são essas relações humanas que contribuem grandemente na influência do mercado, da produção e também na difusão cultural. A contribuição do turismo é intrínseca para a globalização.

Com base nisso, vejo como fundamental o ensino de Língua Espanhola na educação integral profissional em Alagoas, visto que o turismo está intrinsecamente ligado ao conhecimento das línguas estrangeiras e os alunos teriam bem mais oportunidades se saíssem da escola preparados para o mercado trabalho.

Porém, observa-se que os professores talvez ainda precisam de formação mais específica para aulas voltadas ao âmbito profissional, e, nesse sentido, o governo deveria oferecer mais recursos e mais preparação para os professores, para que as aulas eletivas fossem de fato um meio para o preparo completo e profícuo durante o processo de ensino-aprendizagem e, especialmente, para estudante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui apresentado buscou mostrar como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola em três escolas de tempo integral de Maceió, visto que, está em vigor o Programa Alagoano de Ensino Integral que é ofertado de duas formas, o ensino médio integral e o ensino médio integral integrado com a educação profissional. Mesmo após a Lei Federal nº 11.161 ter sido revogada e convertida na Lei nº 13.415/2017, que regulamentou a reforma do ensino médio, promovendo, entre outras mudanças, a não obrigatoriedade do ensino da língua espanhola, o governo Estadual de Alagoas, após alguns protestos por partes de professores e alunos, garantiu que as escolas em tempo integral ofertaria a língua espanhola em seu currículo em uma dessas modalidades: Oferta Eletiva, Projeto Integrador, Projeto Orientador de Turma, Estudos orientados, Clube Juvenil e Prática Profissional Supervisionado (Ensino Médio Integral Integrado).

Enquanto desenvolvia essa pesquisa e após a coleta e análise dos dados, percebi que o ensino de língua espanhola em nosso Estado não está sendo ofertado como prometido, pois foi grande a minha dificuldade de encontrar professores atuantes em sala de aula no ensino de espanhol, boa parte está em desvio de função por sua escola não ofertar mais a língua espanhola.

O espaço territorial brasileiro compreende diferentes contornos linguísticos que precisam ser respeitados em suas diversidades. Mesmo com todo o contexto histórico, social e econômico no qual ele se insere, sem também esquecer a importância de que se reverte no âmbito do MERCOSUL e particularmente o nosso Estado ter um turismo forte principalmente

de hispano falantes, ficou evidente que o Governo Estadual não está dando a devida importância para o ensino da língua espanhola.

Além da pesquisa, tive a experiência de trabalhar em loco com ensino da língua espanhola em uma das escolas em tempo integral que participou da pesquisa, através da residência pedagógica e pude constatar o quanto os alunos se interessam pela disciplina. A procura pela eletiva de língua espanhola é a maior. Eles se envolvem e se dedicam muito e isso nos traz um misto de alegria e tristeza. Alegria pelo o interesse deles e tristeza pela falta de interesse dos nossos governantes em garantir um ensino completo a esses jovens.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Decreto 40.207, de 20 de abril de 2015. Dispõe sobre o Programa Alagoano de Ensino Integral (PALEI). Diário oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 20 abr. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Marcela/Downloads/DEC.%20N%C2%BA%2040207%20DE%2020.04.2015.pdf>>. Acesso em: 01/07/2020.
- CRÁTILLO: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, UNIPAM, 5(1):14-22, 2012
- DANTAS, J. C. S. *Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de visão estratégica*. São Paulo: Roca, 2008.
- Escola de Maceió inicia experiência de Ensino Médio em tempo integral, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/experiencias/escola-de-maceio-inicia-experiencia-de-ensino-medio-em-tempo-integral/>. Acesso em: 21 fev. 2017.
- GADOTTI, Moacir. *Educação Integral no Brasil: inovações em processo* / Moacir Gadotti. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação Cidadã; 4)
- GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. In: *Caderno Cenpec: educação, cultura e ação comunitária*, n. 2, p. 15-24, 2006.
- GERMAIN, C. *Evolution de l'enseignement des langues: 5000 ans d'histoire*. Paris: Clé International, 1993. (Col. Didactique des langues étrangères)
- In: Lopes, F. E K. Rajagopalan. 2004. *A Lingüística que nos faz falhar: Investigação Crítica*. São Paulo. Parábola Editorial. 119-124
- KRAVISKI ELYS, Regina Andretta. *Estereótipos culturais: O ensino de espanhol e o uso da variante Argentina em sala de aula*. 2007. 111 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/LinguaEspanhola/Dissertacoes/4elys_dis.pdf>. Acesso em 15 maio de 2019
- LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- LEFFA, Vilson J. *O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional*. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.
- LEFFA, Vilson J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.
- Lei no. 11.161/05, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>, acesso: 01/07/2020.
- LEITE, Marcel. Número de turistas estrangeiros em AL cresce 34% após voo Maceió–Buenos Aires. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/15406-numero-de-turistas-estrangeiros-em-al-cresce-34-apos-voo-maceio-buenos-aires>. Acesso em: 09. Maio. 2017

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, E.P.U., 1986. 99 p.

MACIEL, Ruberval Franco. *Researching language teacher education: globalization, language policy and new literacies studies in dialogue*. Web-Revista Discursividade: Estudos Linguísticos, vol. II, p. 1-12, 2013.

MAURICIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009a. p. 53-68.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PCN - Parâmetros curriculares nacionais – Língua Estrangeira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrageira.pdf. Acesso em: 13 mar. 2017.

PESTANA, Simone F.P. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014

Programa Alagoano de Ensino Integral. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/escolas-de-ensino-integral/programa-alagoano-de-ensino-integral>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SPINASSÉ, Karen Pupp. *Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil*. Revista Contingência, vol. 1, n. 1, nov. 2006, p. 01-10.

TEIXEIRA, A. S. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SEDYCIAS, João. *O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192

ANEXOS**1-****Questionário para pesquisa: respostas da professor A**

1- Há quanto tempo você ensina língua espanhola?

19 anos

2- Há quanto tempo você ensina nesta escola?

2 anos e 6 meses

3- Em sua escola, quantas h/a são destinadas ao ensino de língua espanhola?

1h/a

4- Qual é o enfoque dado ao ensino de língua espanhola em sua escola?

Curso de evento como curso profissionalizante e eletiva

5- Qual é a metodologia aplicada nas aulas de língua espanhola?

Explicação com data show sobre os conteúdos estudados, exercícios no quadro, fotocopia e discussões das atividades, xerox de músicas e exploração lexical da mesma.

6- Você tem conhecimento da proposta do governo para as escolas em tempo integral?

Sim

7- Em sua opinião, a escola segue a proposta do governo?

Sim

8- A metodologia utilizada nas aulas de língua espanhola condiz com a proposta do PALEI (Programa Alagoano de Ensino Integral)?

Sim

9- Você acredita que a maneira como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola está contribuindo para uma aprendizagem de qualidade?

Não

10 - Em sua opinião, o espaço e a contribuição do ensino de língua espanhola na escola são satisfatórios?

Já foi, quando eram ofertadas 2h/a, agora o tempo está escasso para obter satisfação. Com relação ao espaço sim.

2-

Questionário para pesquisa: respostas do professor B

1- Há quanto tempo você ensina língua espanhola?

Ensino a língua espanhola há 7 anos.

2- Há quanto tempo você ensina nesta escola?

Trabalho no G. M. há 4 anos.

3- Em sua escola, quantas h/a são destinadas ao ensino de língua espanhola?

Apenas há um professor: Eu e tenho 1h aula semanal

4- Qual é o enfoque dado ao ensino de língua espanhola em sua escola?

Trabalho o enfoque tanto tradicional com o ensino de gramática e leituras, quanto o inovador com aulas dialogadas.

5- Qual é a metodologia aplicada nas aulas de língua espanhola?

A metodologia aplicada são aulas expositivas e dialogadas em dinâmicas.

6- Você tem conhecimento da proposta do governo para as escolas em tempo integral?

Esse conhecimento da proposta é muito deficitário é muito vago. O ensino integral na realidade é totalmente diferente que do propõe o governo.

7- Em sua opinião, a escola segue a proposta do governo?

A escola não segue, pois, o governo nem recurso adequado dá.

8- A metodologia utilizada nas aulas de língua espanhola condiz com a proposta do PALEI (Programa Alagoano de Ensino Integral)?

Condiz em parte.

9- Você acredita que a maneira como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola está contribuindo para uma aprendizagem de qualidade?

Acredito sim, sempre há uma semente que flui.

10-Em sua opinião, o espaço e a contribuição do ensino de língua espanhola na escola são satisfatórios?

Não é muito satisfatório, pois já dar para imaginar que de 14 turmas apenas 4 tem o ensino de espanhol com uma aula semanal.

3-

Questionário para pesquisa: respostas do professor C

1- Há quanto tempo você ensina língua espanhola?

Há 8 anos.

2- Há quanto tempo você ensina nesta escola?

Desde 2018.

3- Em sua escola, quantas h/a são destinadas ao ensino de língua espanhola?

Quando comecei eram 2 horas semanais em cada turma do ensino médio integral, mas agora, com a retirada do Espanhol, no ano passado, da grade curricular das escolas estaduais, a disciplina não foi ofertada. Porém, consegui ofertar uma eletiva, no médio integral, e uma turma de Espanhol, no fundamental regular, de 2h semanais cada uma.

4- Qual é o enfoque dado ao ensino de língua espanhola em sua escola?

O enfoque que prevalece nas aulas é o comunicativo, que tem como função permitir aos alunos utilizar com eficácia a ferramenta de linguagem como meio de comunicação, através das habilidades linguísticas (ler, escrever, falar e ouvir), estimulando a criatividade, a sociabilidade e a criticidade diante dos diversos usos da linguagem.

5- Qual é a metodologia aplicada nas aulas de língua espanhola?

Aulas expositivas e com auxílio de multimídia; atividades de leitura, auditivas, escritas e orais; pesquisas sobre temas relacionados aos conteúdos; apresentações; dinâmicas e exercícios individuais e em grupo; discussão em sala; exibição de vídeos, músicas e filmes.

6- Você tem conhecimento da proposta do governo para as escolas em tempo integral?

Sim.

7- Em sua opinião, a escola segue a proposta do governo?

Sim, a escola busca seguir a proposta do governo, mas ainda estamos em processo de adaptação, já que o programa integral é novo e faltam também recursos para a concretização efetiva do programa.

8- A metodologia utilizada nas aulas de língua espanhola condiz com a proposta do PALEI (Programa Alagoano de Ensino Integral)?

Buscamos seguir a proposta do programa, mas, como falei anteriormente, seguimos em processo de adaptação, ainda há muito que melhorar, principalmente, na ambientação e estrutura das salas, que agora estas devem ser divididas por áreas; nas propostas de interdisciplinaridade das disciplinas, na utilização das novas tecnologias, já que faltam alguns recursos e é necessário formações, etc.

9- Você acredita que a maneira como está sendo ofertado o ensino de língua espanhola está contribuindo para uma aprendizagem de qualidade?

Pela proposta das aulas, sim. Porém, como a disciplina não está sendo ofertada como parte obrigatória da grade curricular, a quantidade de horas são poucas e tem um número limitado de alunos na disciplina, dificultando assim o acesso de outros alunos que gostariam de aprender o idioma.

10- Em sua opinião, o espaço e a contribuição do ensino de língua espanhola na escola são satisfatórios?

Não. A retirada do espanhol das escolas estaduais prejudica não somente os profissionais da área como também os alunos, principalmente, os que irão prestar o ENEM, pois a maioria prefere o espanhol ao inglês na hora de escolher a língua estrangeira. Sabemos que no Brasil é necessária a aprendizagem da língua espanhola seja pelo conhecimento de um novo idioma, seja pela localização do país na América do sul, seja pelo mercado de trabalho, etc. A língua espanhola vem ganhando destaque não só no Brasil, mas no mundo. Por isso, acredito que para que o ensino do espanhol seja satisfatório é necessário o seu retorno à grade curricular como disciplina obrigatória.